

O MOVIMENTO DE CULTURA PORTUGUESA NO ANO DE 1961

EM ABRIL

Não foi possível publicar-se um só número do «57» em 1961, devido a motivos alheios à vontade dos seus directores e colaboradores. No entanto, embora durante os cinco anos da sua vida, tivesse exercido uma actividade quase exclusivamente filosófica e cultural, o choque violento que para todos os portugueses representou o terrorismo de Angola, levou o Movimento de Cultura Portuguesa a publicar, em Abril, um Manifesto à Nação a que os jornais deram a devida publicidade.

Nesse Manifesto, expressão emocionada e pragmática de toda uma teorização anterior, infelizmente mal ouvida e mal entendida, se preconizavam medidas urgentes para obstar aos graves problemas que, desde logo, se podiam prever. Em alguns aspectos, como se pode verificar pelo texto que ora reproduzimos, o Manifesto foi infelizmente profético, já que, oito meses depois, a Nação viria a ser abalada pela perda da sua província mais querida, essa Goa que jamais sairá da nossa saudade e da nossa esperança. A passividade ou a má vontade das nações com quem tinhamos relações de amizade e aliança, confirmou desgrazadamente o sexto parágrafo do conjunto de medidas preconizadas no Manifesto. Eis o texto.

A NAÇÃO

Os signatários, representando uma corrente de opinião dominante entre os intelectuais mais jovens, julgamos no dever de exprimir o seu pensamento sobre a conjuntura actual, pelo que vêm por este meio expor à Nação as razões que o determinam.

Os redactores do presente documento acreditam-se qualificados para o fazerem porque, desde o ano de 57, em artigos, opúsculos e livros têm tentado elucidar a opinião pública sobre as causas essenciais da crise, previram alguns dos principais acontecimentos verificados e apresentaram oportunamente as respectivas soluções. Dado, porém, que os intelectuais não têm tido no nosso país órgão de acção eficiente para fazerem valer as suas ideias, vêm-se obrigados a reiterar, a repetir e a insistir acerca de uma problemática que infelizmente tem hoje crucial actualidade.

Tais razões determinantes são admitidas por todos quantos visam, perante os factos actuais, a respectiva verdade, pelo que julgamos congregarem o pensamento de pessoas de várias ideologias, partidos e crenças, independentemente de divergências de pormenor.

É indubitável que um povo que não forma apenas uma nação, que é uma pátria com responsabilidade no destino humano, não pode de modo algum aceitar imposições internacionais venham de onde vierem, assim como não pode abdicar da sua missão civilizadora, perante a ofensiva das forças que, por interesses vários, contra ele se conjuraram. Possuidor de um pensamento próprio, embora este haja sido lento a exprimir-se e haja sofrido a relutância de instituições desnacionalizadas e desnacionalizadoras, Portugal tem no entanto o dever de levar a cabo o compromisso que a si mesmo se propôs, ao pôr termo ao isolamento dos continentes e ao promover o convívio de raças e civilizações que se ignoravam.

Não havia, em verdade, outro caminho a seguir, quando a Integridade pátria surgiu ameaçada na frente externa como na frente interna, do que uma decisão pronta, enérgica e eficaz como a que foi tomada.

Nenhum povo consegue subsistir no tempo, se em determinados momentos históricos não encontra dentro de si as forças necessárias para o combate, se não faz face ao perigo de morrer e ao perigo de matar, se não sacra em sofrimento o direito de ser respeitado e considerado em sua específica individualidade.

Há, precisamente, quarenta e três anos — desde 1918 — que Portugal vive em paz com as outras nações. Tal não poderá dizer-se dos mesmos que chegam e atacam contra nós na organização por ironia ainda chamada das Nações Unidas. Não contribuímos para a hecatombe da última guerra mundial, não tivemos guerra civil, não sustentámos lutas mortíferas como as que tiveram por teatro a China, a Coreia, a Indochina, a Hungria, Cuba, a Argélia, o Tibet ou o Laos. Quem poderá honestamente acusar-nos se, em defesa própria, chegou a hora do baptismo de sangue e, numa legítima reacção nacional nos vemos obrigados a contrariar a nossa vocação pacífica e fraterna?

Desaparecem da face da Terra os povos que, timoratos, divididos e indecisos, entram pelo caminho das concessões, acabando por pantar todas as suas decisões históricas pelo pensamento de outros. Podemos pois encarar sem receio anímico e moral, sem perda de consciência, a necessidade de fazer heróicamente face pelas armas à ofensiva anti-portuguesa em todos os campos. Em consciência, devemos todavia interrogar-nos: em nome de que princípios o fazemos?

Nenhum português verteria o seu e o alheio sangue para defender plutocracias, monopólios ou interesses económicos de uns poucos; nenhum português o faria apenas porque o decide uma política, um partido, um homem, por excepcional que seja; nem para manifestar o preconceito da superioridade das raças brancas sobre as raças negras; muito menos por um imperativo meramente histórico ou passadista; e tão pouco porque queiramos considerar Angola, Goa ou a Guiné como baluartes anti-comunistas como cidadelas do chamado Ocidente ou da chamada Europa, que ainda ninguém conseguiu definir o que seja.

Mantemos e esforçar-nos-emos por manter sempre a integridade nacional em quatro continentes, na medida em que nos assumirmos detentores de um pensamento — em verdade o único — capaz de promover no futuro a integração das raças, dos continentes e das religiões, através de uma efectiva fraternidade, assente na transcendência mental e no movimento intelectual para um futuro aberto do que está obstando à grande sede humana não apenas de felicidade social, mas também de esperança na espiritualização dos nossos mais secretas tendências. E aceitamos e jogando-nos como chave do futuro que necessariamente reivindicamos o direito de sermos reconhecidos como uma pátria pluri-continental, pluri-racial e pluri-religiosa, contra os agressivos continentalismos, racismos e fanatismos ideológicos que dominam o mundo contemporâneo.

Atendendo, todavia, à gravidade dos acontecimentos de Angola, os portugueses mais conscientes, patriotas e isentos da suspeita de alinharem intransigentemente à esquerda ou à direita, procuram saber por que motivos foi possível em províncias juridicamente integradas na nação, um clima de insurreição e ódio, em parte provocado por agitação e propagação vindas do exterior, mas em parte certamente proleptado por uma teoria de erros perpetrados por nacionalistas.

Há evidentes culpas, culpas que não é possível ocultar ou renegar, culpas de ordem interna, culpas de natureza cultural, social, económica e administrativa culpas que deve-

mos assumir corajosamente, se em verdade as queremos ultrapassar. Eis porque as indispensáveis e urgentes medidas militares tomadas, implicando ocupações, luta e repressão, só têm sentido em nosso entender, se forem acompanhadas de medidas não menos indispensáveis e urgentes, medidas capazes de anular, no mais breve espaço de tempo, o atraso provocado por deficiência e carência de orientação.

A existência de populações em estado de barbárie ao fim de quatro séculos de ocupação, é um elemento do processo contra os portugueses. O escasso povoamento dos vastos territórios de Angola e Moçambique; os privilégios concedidos a grupos minoritários de raça branca; as situações de injustiça que, nem por serem contrariadas pela lei, deixam de ser reais; as dificuldades de expansão e de unificação económica; a falência de educação e do ensino à verdadeira escala nacional enfim, a incompleta portugalização do Ultramar, reflexo inevitável da desnacionalização vigente nas próprias instituições culturais e educativas da metrópole são alguns, de entre os múltiplos factores que nos conduziram dramaticamente à situação presente.

Não deixando de reconhecer aspectos mais positivos da obra empreendida até à data no Ultramar, os signatários, representantes de um pensamento independente, insubmisso e imparcial, dirigem-se à Nação esperando que pelas autoridades responsáveis seja tido em consideração o pensamento expresso nas suas publicações, tomando-se medidas urgentes e imediatas, logo após a pacificação dos territórios de Angola, com esta ou aquela estrutura jurídica, mas no sentido de:

1.º Reformar o ensino público segundo o ideal português. A acção educativa não tem o fim egoísta de habilitar os homens a exercerem uma profissão, subordinada aos interesses da agricultura, da indústria ou do comércio, mas visa principalmente manter a perenidade da pátria e os valores espirituais que representa. Esta acção deve ser alargada sem demora às províncias ultramarinas, pela criação de Escolas, Liceus e Universidades em número suficiente, bem como pelo recrutamento de professores e mestres sem as morosas e impeditivas dificuldades burocráticas que se conhecem. Ponto importante, é também a revisão imediata das condições de leccionação e missionação em territórios portugueses. Seria absurdo promover-se a educação e a elevação do nível cultural das populações ultramarinas, partindo do preconceito de uma auto-determinação, que só dentro de muitos anos poderia ser posta em problema, até por que nada garante que essas populações, uma vez evoluídas mantivessem os conceitos racistas que parecem dominá-las momentaneamente e em algumas zonas, por influências ainda não determinadas.

2.º Promover a legislação necessária para que cessem imediatamente todas as situações de injustiça, pelas quais os portugueses metropolitanos gozem de quaisquer privilégios sobre os portugueses ultramarinos. Se perfilhamos a tese da integração e não a da assimilação, é porque a verdadeira integração, ao contrário do que por vezes se julga, supõe, sim, o primado da língua e da cultura portuguesas, mas respeitando os caracteres específicos das diferentes raças, religiões e culturas.

3.º Povoar eficaz e sistematicamente os espaços de Angola e Moçambique, numa grandiosa cam-

panha nacional de decisivos efeitos, não só para a valorização ultramarina, como metropolitana. Tal povoamento deve suster imediatamente a deprimente emigração dos portugueses para o estrangeiro, nomeadamente para o continente americano.

4.º Fomentar a unidade económica de todas as províncias, libertá-las das restrições que uma burocracia morosa ainda provoca e facilitar os investimentos nacionais e estrangeiros, assegurando-se nos acordos a absoluta orientação portuguesa, de modo a que um surto de riqueza económica torne possível o povoamento em elevado ritmo.

5.º Adaptar às condições previstas por este intenso movimento de renovação à escala trans-continental, o actual processo administrativo, assente num só organismo, o já inadequado Ministério do Ultramar. Em suma, promover a descentralização possível, sem quebra de soberania.

Só neste equilíbrio se poderá basear a Comunidade Lusa, cuja radicação e fortalecimento deve ser a próxima tarefa portuguesa dos próximos anos.

6.º No domínio externo, rever todo o nosso sistema de alianças, pactos, convénios, concordatas e outras formas de colaboração internacional, à luz dos interesses pátrios ameaçados, indo até onde preciso for, para que não sejam subestimados os trunfos que possuímos. Nenhum povo deve arriscar a sua sobrevivência, transferindo os seus direitos e responsabilidades para organizações internacionais, cujos poderes legislativos, judiciais e executivos de ambição supra-nacional não passam de uma utopia ou de uma mistificação ao serviço das grandes potências e dos grandes potentados.

Qualquer política verdadeiramente nacional, tenha ela um sentido mais autoritário ou mais democrático, mais socialista ou mais liberal, deverá considerar a resolução destes problemas instantes, pois o abandono das províncias ultramarinas representaria, não apenas uma decadência de imprevisíveis consequências, como a barbarização de territórios e populações a respeito das quais assumimos inalienáveis compromissos civilizadores. Ao acentuar estes pontos essenciais, os signatários julgam cumprir o seu dever na hora presente e significar os anseios da juventude mais esclarecida, aquela que não pode compreender um patriotismo e um imperativo nacional, baseados sobre imagens falsas da realidade e sobre posições acomodaticias, aquela que vê na pátria espiritual, a que não faz concessões e deve marchar à frente em todas as reivindicações da justiça, a própria garantia do movimento da humanidade para o que é verdadeiro, bom e belo. Abandonar o Ultramar ou conservá-lo à custa do domínio unicamente militar e económico, são as duas faces da mesma infidelidade. Infidelidade da pátria ao seu mesmo ser, infidelidade da pátria à Humanidade que representa. Infidelidade que não vive aliás no espírito de nenhum português verdadeiro. Estamos e estaremos presente em quatro continentes, mas só em nome de um futuro construído sobre caminhos de fraternidade, espiritualidade e redenção. Tal é a atitude de um grupo de escritores votados desde há quatro anos a denunciar a crise e as soluções para a crise que ameaça aniquilar a pátria; atitude motivada pela consciência do dever presente a todo o intelectual português. Outros haverá cuja posição ou cuja

ideologia sejam mais próximas ou mais distantes das nossas; o dever desses é manifestá-las também, para que a nação seja devidamente esclarecida pelo pensamento responsável. Mas aos que concordam connosco, embora em silêncio, que apoiam a nossa posição, embora tibiamente, cabe-lhes agora tomar consciência de que efectivamente só o pensamento português dá garantias de resolver os problemas de Portugal.

António Quadros
Fernando Mongado
Francisco Sottomayor
Fernando Sylvan
Jorge Preto
Luiz Carlos do Espírito Santo
António Braz Teixeira
Alexandre Coelho

EM JUNHO E JULHO

Colóquio «O que é o ideal português?»

Compreendendo que a defesa da posição portuguesa, contra a ofensiva e a incompreensão de quase todas as nações, só podia encontrar a sua mais profunda legitimidade na existência de um ideal superior, fundamento da pátria e da sua projecção no mundo; compreendendo também que a própria ideia de pátria com as suas raízes filosóficas e ideais, se encontra em crise — crise provocada por outros conceitos filosóficos e ideais vigentes, mas a atingir já o ponto extremo de saturação —, o Movimento da Cultura Portuguesa realizou na Casa da Imprensa, em Lisboa, no decorrer dos meses de Junho e Julho de 1961, um colóquio, procurando responder à interrogação basililar: «O que é o ideal português?». Eis as palavras de apresentação, inseridas no programa:

Existe um ideal português, justificativo da nossa autonomia, da nossa história, da nossa presença no mundo, da nossa expansão nos cinco continentes, da nossa projecção no futuro? Cada vez se torna mais patente a insuficiência das concepções unicamente sociológicas, económicas e políticas da pátria. Voltada ao porvir, a juventude portuguesa interroga-se sobre a própria essência da acção a que deve entregar-se. Há um projecto vital especificamente português? Um caminho original e inconfundível para a verdade, para o bem, para a beleza? Uma interpretação inédita, que nos distingue, obnubilada embora por inúmeras sobreposições e sombras? Perturbada, perplexa, angustiada, a Europa, a que durante um século recorremos, já não dá soluções e já não rasga horizontes ao espírito. Esses horizontes estará ao nosso alcance descobri-los e conquistá-los? Alguma verdade se cifra na inflexão esperancosa de tantos dos nossos poetas e pensadores? É chegada a altura de repensar Portugal? Se todos «sentimos» a presença, mais longínqua ou mais vibrante de um ideal colectivo e pátrio que nos transcende como se exprime como se configura, como se pode concretizar?

O colóquio, que se inicia na «Casa da Imprensa» graças à gentileza e boa vontade da direcção deste prestigioso organismo, não pretende dar soluções positivas e dogmáticas, mas sim descer tanto quanto possível ao âmago desta premente interrogação: o que é o ideal português?

O programa foi cumprido, com uma assistência sempre numerosa e atenta, prolongando-se normalmente os debates, vivos e por vezes polémicos, até às duas horas da madrugada.